



Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 113, de 08/06/17, pg. 06

ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Responsável

38
wf

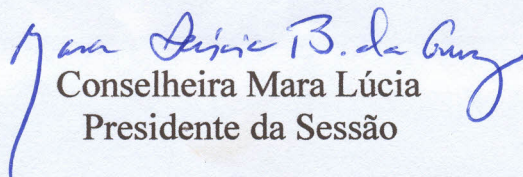
RESOLUÇÃO Nº 12.965

Processo : 201603225-00
Origem : Câmara Municipal de Castanhal
Assunto : Consulta
Responsável : Sérgio Leal Rodrigues
Relator : Cons. Daniel Lavareda

EMENTA: C. M. de Castanhal. Consulta. Exercício de 2016. Pelo conhecimento. Pela possibilidade da contribuição para COSIP, ser incluída na base de cálculo do repasse financeiro ao Poder Legislativo Municipal.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão, em conhecer a Consulta, que questiona se a contribuição para o Custeio de Serviço de Iluminação Pública (COSIP), como espécie tributária, incide na base de cálculo do repasse financeiro ao Poder Legislativo Municipal, conforme previsto no art. 29-A da CF/88, e orienta pela possibilidade da contribuição para o COSIP, ser incluída na base de cálculo do repasse financeiro ao Poder Legislativo Municipal, somente no caso de haver previsão expressa na Lei Orgânica Municipal, nos demais casos, devem ser seguidas as disposições contidas na Resolução nº 8955/08/TCM/Pa e na Orientação Técnica nº 01/2012.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 16 de março de 2017.


Conselheira Mara Lúcia
Presidente da Sessão


Conselheiro Daniel Lavareda
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, José Carlos, Cezar Colares, Antônio José, Sérgio Leão e a Procuradora Maria Inez Gueiros.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO :
PROCESSO Nº : 201603225-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL CASTANHAL

RELATÓRIO

A Câmara Municipal de Castanhal, devidamente representada nos autos por seu Presidente Sr. Sérgio Leal Rodrigues, encaminhou CONSULTA (fls. 01 a 12) a esta Corte de Contas em 09/03/2016, com amparo nos arts. 43, IX, 112, 113 e 114 do Regimento Interno desta Corte de Contas, onde suscita o seguinte questionamento, em síntese:

- A Contribuição para o Custeio de Serviço de Iluminação Pública (COSIP) como espécie tributária, incide na base de cálculo do repasse financeiro ao Poder Legislativo Municipal, conforme previsto no artigo 29-A da CF/88?

É o relatório.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO :
PROCESSO Nº : 201603225-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL CASTANHAL

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, cumpre relatar o atendimento integral das formalidades insculpidas no artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012, tendo sido formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste TCM-PA, em tese, pelo que passo a análise de mérito da mesma.

Devo ressaltar que a questão indagada pelo consulente encontra resposta em atos deste Tribunal, senão vejamos:

– A Resolução nº. 8955/2008/TCM/PA de 04/03/2008, esclarece o entendimento desta Corte quanto a composição da receita a ser considerada para a base de cálculo do repasse à Câmara Municipal, que corresponde ao somatório da receita tributária e das transferências descritas na Resolução citada. Dentre as receitas tributárias, não encontra-se a COSIP em questão nesta consulta.

– Em 2012, foi emitida a Orientação Técnica nº 01/2012, consignando em seu item 9, as receitas que constituem a base de cálculo ao Poder Legislativo, nela não se inserindo a Contribuição para o Custeio do serviço de Iluminação Pública – COSIP.

– Houve também, o julgado de relatoria da Conselheira Mara Barbalho (processo nº 201407459-00), onde ao responder consulta sobre “base de cálculo para realização do repasse do duodécimo ao Poder Legislativo”, também consigna em seu texto que a COSIP não integra a base de cálculo para as transferências ao Poder Legislativo.

– Por fim, o julgado de relatoria do Conselheiro Aloísio Chaves (processo nº 201406054-00) onde, ao emitir voto divergente vencedor, defendi a possibilidade de inserção da COSIP na base de cálculo para realização do repasse ao Poder Legislativo, somente quando há disposição expressa em Lei Orgânica Municipal, diferentemente do Relator original que defendia a tese de que a COSIP integra a base de cálculo do duodécimo sem essa condição.

É importante ressaltar que há processo em trâmite perante o STF sobre o tema, que deve resolver a divergência doutrinária e jurisprudencial existente nos Tribunais de Contas do País.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
5ª CONTROLADORIA/CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA REIS

RESOLUÇÃO :
PROCESSO Nº : 201603225-00
ASSUNTO : CONSULTA
INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL CASTANHAL

Voto

Preliminarmente, conheço da presente consulta, uma vez que o consulente é parte legítima, e a matéria é afeta à competência desta Corte, nos termos do art. 298 do Regimento Interno deste Tribunal, e passo a respondê-la em tese.

Pelo exposto, **VOTO** pela possibilidade da Contribuição para o Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP, ser incluída na base de cálculo do repasse financeiro ao Poder Legislativo Municipal, somente no caso de haver previsão expressa na Lei Orgânica Municipal, nos demais casos, devem ser seguidas as disposições contidas na Resolução nº. 8955/2008/TCM/PA e na Orientação Técnica nº 01/2012.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Belém, 26 de abril de 2016.


Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro